

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 2 DE JUNHO DE 2014

NÚMERO 6.697

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Valdir Cobalchini
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Valdir Cobalchini
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Ada Faraco De Luca
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 03/04/2014.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL 8 Ato da Mesa DL 8 Atos da Mesa 8</p> <p>Publicações Diversas Extratos 10 Portarias 11</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL, Rádio Alesc Digital, servidores estaduais da Fundação Catarinense de Cultura, também da Fundação Catarinense de Educação, e várias

outras categorias que estão em greve e presentes neste Plenário, quero cumprimentá-los e reconhecer o empenho, a luta, a mobilização de todas essas categorias em terem o direito de poder trabalhar com dignidade, com respeito e poder prestar um bom serviço à sociedade catarinense.

Sr. presidente, quero trazer outro tema também relacionado aos servidores públicos da área de Educação. Eu e nosso líder, deputado Neodi Saretta, fizemos uma emenda à medida provisória que trata do reajuste do piso mínimo nacional. Queremos fazer justiça, pois entendemos que a MP na forma que veio para esta Casa comete uma injustiça desvalorizando servidores que têm uma carreira, uma caminhada, que se prepararam, estudaram, já com anos de carreira, e o aumento do piso na nossa proposta de emenda tem que ser feito na carreira. Os 8,35% de reajuste têm que ser para todos e retroativo a janeiro, como é na categoria de baixo, que vai até o 7º nível.

Então, o nosso objetivo é muito claro e queremos debater sobre o assunto. Ontem demos entrada a um pedido de vista na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e a nossa proposta de substitutivo global será a de incluir esse tema para fazer justiça aos servidores da Educação de Santa Catarina. Já usamos desta tribuna várias vezes levantando aqui uma situação complicadíssima

para a Educação catarinense, porque vimos que a partir deste projeto mais uma vez o governo do estado não valoriza os professores mais capacitados, tratando todos de forma igual. Isso não é possível!

Por isso, a nossa educação sofre muito, e os nossos jovens acabam não tendo uma educação de qualidade para se prepararem de fato para os grandes desafios que vêm pela frente.

Tivemos vários exemplos no estado que já colocou em xeque a questão da qualidade da educação de Santa Catarina. E se nós não valorizarmos os servidores, se não valorizarmos os professores mais capacitados, nós os perderemos, pois eles irão para outras áreas, irão abandonar a educação pública e irão ou para a educação privada ou para outras empresas, ao invés de educar, e educar bem, os nossos catarinenses.

Então, é esse debate que estamos trazendo aqui que queremos fazer semana que vem, com muita profundidade e com muito respeito aos trabalhadores da educação.

Outra questão que trago a esta tribuna, temos até uma situação interessante, é que Santa Catarina é um dos estados do sul que não tem uma participação no programa Minha Casa, Minha Vida, no meio rural.

O Rio Grande do Sul, desde o governo Olívio Dutra, que já na época, em 2004, criou o programa de Habitação Rural, criou um

programa de apoio do estado para a construção de casas para agricultores familiares. Já pré-agendaram por cinco, seis vezes, deputado Sandro Silva, a assinatura do convênio com as organizações que atuam hoje na habitação rural, cooperativas, entidades pelo estado afora. Isso não ocorreu até hoje e continua a promessa.

Estamos chegando próximos ao período eleitoral e de promessa em promessa, de compromisso em compromisso o estado não dá a sua participação nesse importante programa que traz dignidade e respeito à nossa agricultura familiar. E certamente semana que vem teremos muitos agricultores familiares no estado cobrando inclusive esse compromisso e essa promessa já assumidos por muitas vezes.

Por último, quero falar sobre um evento que aconteceu, ontem, no plenarinho desta Casa, um seminário sobre os dois anos de aprovação do Código Florestal brasileiro e também sobre a aprovação do Código Florestal catarinense.

Foram debatidos todos os temas, como a perspectiva de implantação da nova legislação, especialmente na agricultura familiar, e o principal tema focado, que contou com a presença e o acompanhamento da Frente Parlamentar nacional, a Frente Parlamentar ambiental - há, no Congresso Nacional, uma frente que vem atuando há muitos anos - girou em torno da implantação e do início do CAR - Cadastro Ambiental Rural, que é uma política importantíssima, um instrumento aprovado no Código Florestal Brasileiro, consolidado no final do ano passado. Mas há dificuldades com relação ao fato de sair o decreto do ministério do Meio Ambiente para iniciar o Cadastro Ambiental Rural.

Tivemos informação de que o governo, a Fatma, a SDS já estão preparando os monitores para fazer a capacitação das pessoas que vão cadastrar as nossas mais de 200 mil propriedades agrícolas no estado de Santa Catarina.

Então, o CAR - Cadastro Ambiental Rural - é um importante instrumento justamente para facilitar a vida dos nossos agricultores, poderem cadastrar gratuitamente as nossas propriedades, porque o sistema que está hoje é um sistema com custo alto, muita burocracia e que não está funcionando, está muito devagar.

Então o CAR vem para facilitar. Mas nós fizemos inclusive um encaminhamento, construímos um documento que vai ser encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República, para agilizar esta liberação do Cadastro Ambiental Rural para todo o país.

E um dos outros temas, o segundo tema, amplamente discutido, é o PSA, o Pagamento por Serviços Ambientais. Nós tivemos uma agenda da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, na última terça-feira, no Centro Administrativo, onde foram lançados vários programas, e um dos programas foi o encaminhamento de uma lei regulamentando o pagamento por serviços ambientais, que iniciaria por duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Chapecó e a Bacia do Rio Timbó, tanto no oeste como no meio-oeste e no norte do estado.

Então, esta importante política de pagamento por serviços ambientais que nós temos é uma das grandes estratégias para contribuir com a preservação ambiental, mas especialmente trazer uma renda complementar aos nossos agricultores que sempre cuidaram e que vão fazer a preservação nas futuras gerações, num futuro para o meio ambiente.

Então, nós vamos continuar cobrando aqui da secretaria, do governo do estado, agilidade na aprovação deste projeto aqui dentro e, no momento em que o projeto chegar,

nós, com certeza, vamos ter agilidade aqui nesta Casa para aprovar o projeto e iniciar este programa tão importante para Santa Catarina, que é o programa de pagamento por serviços ambientais.

É uma das grandes questões para o futuro, de uma política moderna, uma política que traz nova perspectiva para o desenvolvimento sustentável, que é ajudar a nossa agricultura, especialmente a familiar, para que possa preservar e também tendo renda.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital aqui nesta manhã de quinta-feira.

Eu quero pedir licença para voltar ao debate da UFSC em outro foco, em outra avaliação, sair dos calores da discussão sobre polícia, não polícia, maconha, não maconha, até porque, como policial militar, já expressei nesta tribuna as minhas posições a respeito, inclusive, destas concepções em debate na sociedade brasileira hoje.

Quero voltar, até porque na última terça-feira não guardei tempo suficiente para esta reflexão. Estava lendo a página 47 do jornal *Diário Catarinense*, do último domingo, e dois parágrafos, alguns trechos desta reportagem me chamaram especial atenção, como militante político de esquerda e também como policial. Não sei até que ponto é possível, mas acho que não dá para separar os dois, porque somos um ser apenas.

Volto a ler a matéria da página 47 do *Diário Catarinense*, do último domingo:

(Passa a ler.)

"Em meados do ano passado, um alerta feito pelo comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Carlos Alberto Araújo Gomes, mudou a rotina da reitora Roselane Neckel. Durante uma das tantas reuniões informais sobre a segurança no *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o policiamento comunitário, ele ressaltou que era importante ela ampliar os cuidados, principalmente com o Morro da Serrinha, onde os chefes do tráfico estavam próximos do *campus* e teriam ficado insatisfeitos com a vitória dela nas urnas, um ano e meio antes.

Após oito anos à frente da direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e um trabalho intenso contra as drogas ao longo deste período, Roselane percebeu que estava exposta demais, alertou seu motorista para ficar mais atento e pediu ajuda aos vigilantes do Departamento de Segurança (Deseg) do *campus* para que mantivesse o controle da movimentação no entorno de sua casa: estava com medo. Nada aconteceu na época, nem novas ameaças surgiram. Mesmo assim, ela continua em alerta."

A ameaça mais especificamente era de que sequestrariam a reitora, inclusive para dar uma escola nela, como diretora do CFH no passado e depois reitora, deixasse de estabelecer política de combate ao tráfico de drogas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, isso aqui expressa de forma clara a inveracidade da acusação que se tenta colocar sobre a reitora Roselane Neckel e contra ela de que é conivente com o uso e tráfico na UFSC ou muito mais, o absurdo ainda

que queira fazer da UFSC uma república de maconheiros.

Então essa matéria estabelece esta verdade necessária.

Sobre a matéria ainda refleti, além disso, como policial e como militante ou como policial ou como político, e acho que bastaria meio policial e meio político para ficar intrigado com a informação de que traficantes estariam ficando descontentes com a vitória nas urnas da atual reitora.

Afinal de contas, qual é o interesse dos traficantes na universidade? Se eles não gostaram da vitória na eleição para a Reitoria da UFSC da reitora Roselane Neckel, poderia, sim, induzir que eles gostariam que outro candidato tivesse vencido.

Então, é muito estranho que justamente quem tem sido pressionada e ameaçada, inclusive por traficantes, possa ser agora interpretada e acusada de forma leviana, eu diria, pouco forte com relação ao uso e consumo de drogas no *campus* da UFSC.

Dizer ainda que é preciso, sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, que os setores que defendem a democracia, defendem primeiro a universidade, e eu me sinto na obrigação de defendê-la por ser pública, gratuita, de qualidade. Poderia ser mais e aí defendendo fortalecimento, mudanças necessárias, também porque estudei lá e me formei na década 1990, há 20 anos, conheço parte dos integrantes da direção atual e das direções passadas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Acho absolutamente estranho o fato de um ex-dirigente, ex-pró-reitor, para não pensar que foi um dos reitores, que escreveu uma carta pedindo o *impeachment* da reitora Roselane Neckel.

Eu acho que precisamos refletir sobre isso. Por que será? É uma dúvida e um silêncio que permanece, porque não tem justificativa absolutamente nenhuma para lançarem essa palavra de ordem. Aliás, não sei se ainda é, mas era filiado, ligado a partido que se propõe de esquerda pedindo o *impeachment* do ex-reitor da UFSC.

Então, existe muito mais coisa naquela universidade que precisamos defender do que aquilo que tem surgido e aparecido de forma mais evidente, mais destacada, nos meios de comunicação. Precisamos observar, porque o futuro da universidade é que está em discussão. E esta é uma responsabilidade de cada um de nós, especialmente daqueles que por terem estudado lá, por terem trabalhado lá, têm mais condições, na minha avaliação, não que os outros não a tenham, é só investigar e buscar informação, de avaliar o movimento das pessoas, dos sujeitos, dos dirigentes atuais, dos ex-dirigentes e dos pretensos futuros dirigentes.

Existe um movimento, e aí vão dizer que estamos sempre aqui vindo um inimigo oculto, golpista, na UFSC, tanto que foi um esforço imenso por conta de práticas protelatórias, em alguns setores da universidade, para que as contas da reitoria, da administração central do ano passado, fossem aprovadas. E foi aprovada no último dia, e um destaque: ausência de quórum, mais um pedido de vista, enfim, com a intenção de colocar em xeque a administração atual da UFSC.

Articulações de lideranças, especialmente professores, que historicamente pretenderam se desenharem como do campo popular e de esquerda, articulações com figuras reconhecidas da direita mais conservadora da UFSC, isso tudo precisa ser visto pela comunidade universitária, pois os estudantes não podem cair em armadilhas de

setores que têm, sim, interesse inclusive de derrubar a pró-reitora, não é nem ganhar a eleição do ano que vem, porque existem questões do passado sendo investigadas que não se pretende que se tornem públicas.

Então, isso também a sociedade inteira precisa saber, e a comunidade universitária precisa estar atenta. Os estudantes que se propõem a construir o futuro de forma diferente precisam estar atentos, também, para não se deixar enrolar e serem usados por práticas golpistas que nada têm a ver com a proposta de universidade pública que defendemos e que eles também defendem. Precisam tomar cuidado para não serem usados por golpistas, oportunistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sr. deputados e público que acompanha esta sessão, quero fazer menção aqui a uma matéria que saiu ontem no site do jornal A Notícia, que fará com que as coisas sejam melhor resolvidas no trânsito de Joinville, no que diz respeito aos acidentes.

O comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, Adilson Moreira, está em tratativas com o prefeito no sentido de que quando ocorram acidentes sem vítimas, apenas com danos materiais nos veículos, que os próprios proprietários dos veículos façam o boletim de ocorrência em alguma base da Polícia Militar na cidade.

Isso vai proporcionar um melhor aproveitamento do efetivo militar, porque, geralmente, em Joinville, seis motos e duas viaturas trabalham apenas para atender os problemas de trânsito. Em alguns momentos, essas seis motos duas viaturas são insuficientes para atender de forma rápida os acidentes de trânsito e os motoristas acabam esperando por muito tempo a viatura.

Então, essa realmente é uma medida que vai gerar menos transtornos porque os próprios proprietários dos veículos poderão fazer a foto, mostrando como foi o acidente e fazer o relato depois na Polícia. Não tem razão para que os dois envolvidos tenham que ir logo para a delegacia, podem quando quiserem e caso haja divergência será feito um confronto das versões para que realmente isso seja solucionado. Na maioria das vezes o atendimento da Polícia Militar é apenas por questão do seguro. Isso se resolve facilmente com os próprios proprietários fazendo o boletim de ocorrência.

Então, quero parabenizar o tenente-coronel Adilson Moreira por essa iniciativa e que isso possa ser seguido em todas as cidades do estado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quería parabenizar v.exa., deputado Sandro Silva.

Acho que isso poderia ser utilizado em todo o estado de Santa Catarina. Às vezes, na via expresso, ocorrem pequenas batidas na traseira dos carros, congestionando todo o trânsito, prejudicando milhares de pessoas que estão se deslocando para o trabalho e outras ações. No caso de acidentes sem vítimas, as pessoas devem retirar o carro do local e ir até a delegacia fazer o registro, o BO e procurar o entendimento. Às vezes vemos pessoas mais desprendidas, que trocam os telefones e resolvem depois. Mas é lamentável que para acidentes sem vítimas seja preciso deslocar

policimento, viaturas, além de que esses acidentes causam grande transtorno no trânsito. Esse procedimento deve ser levado para todo o estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - E as pessoas acabam deixando o veículo ali porque entendem, pela falta de conhecimento do Código de Trânsito brasileiro, que se tirarem o carro do local estarão cometendo uma infração, e é o contrário. O Código diz que deixar o carro na rodovia é uma infração, pois causa transtorno e tal. Então, realmente as pessoas não têm esse entendimento e acabam deixando o veículo no local do acidente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Exatamente, deputado! Elas até acham que o policial que vai chegar, vai ser o perito, vai dizer quem é o culpado ali. "Não vamos mexer aqui, não tira o teu daí, porque o policial vai chegar". O policial vai descrever que houve uma batida traseira, uma batida lateral, mas não vai dar posicionamento nenhum. Então, as pessoas precisam ser práticas. Aconteceu a infelicidade, a fatalidade do acidente ali, retira o carro do local, não prejudica os demais e depois resolve a questão dos danos. Noventa e nove por cento de quem bateu atrás não tem o que discutir, somente alguma situação muito especial para discutir. Bateu atrás não tem o que discutir, porque tinha que guardar distância. Então, dá o cartão, manda arrumar e paga, que é a melhor solução.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Então, mais uma vez registro essa ação da Polícia Militar de Joinville, parabenizando o comandante Adilson Moreira por essa iniciativa. E esperamos que isso, como foi falado ontem, entre em atividade o quanto antes.

Outra questão, presidente, é referente ao clássico que teremos no domingo entre Joinville e Figueirense. E esperamos que não haja aqueles confrontos entre torcidas que aconteceram no último jogo. Por isso o nosso projeto de lei obriga ter uma lista de passageiros nos ônibus para poder enviar à Polícia Civil e à Polícia Militar. Se este projeto estivesse em vigor já poderia estar auxiliando nesse evento. O projeto obriga as empresas, quando contratadas, enviarem três dias antes uma lista de passageiros com o itinerário para as polícias na sede do jogo poder preservar a vida dos passageiros, a segurança do motorista e também o patrimônio da empresa. Porque no jogo, por exemplo, não vão somente os torcedores organizados, vão também famílias. Por isso é necessário que se preserve a segurança e a integridade física das pessoas que vão apenas para assistir ao espetáculo.

Quero fazer o registro de que o Cavin, Conselho das Associações de Moradores da Vila Nova, está solicitando no entroncamento entre a rodovia do Arroz e o novo binário de Vila Nova que seja feita a iluminação naquele trecho onde tem o trevo alemão, em que as pessoas convertem para o binário de Vila Nova a partir da rodovia Arroz, porque os moradores estão preocupados com a segurança, principalmente das crianças que moram por ali. O Cavin está solicitando para que o Deinfra do estado faça a implantação da iluminação no entroncamento para dar maior segurança à comunidade.

Então, fica o nosso alerta, o nosso pedido ao Deinfra, para que o quanto antes possa fazer a implantação da iluminação naquele trevo alemão que dá acesso ao novo binário da Vila Nova, em Joinville.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. E sejam bem-vindos o prefeito e o vereador.

A próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, sr. presidente.

Tratarei, hoje, de três temas diferentes, mas quero iniciar a questão relacionada ao Fundam, pois temos tido notícias de que, embora o governo tenha se comprometido publicamente de tratar isonomicamente os parlamentares desta Casa, quando decidiu fazer o Fundam, as liberações tinham sido feito de forma a privilegiar a base aliada.

Fomos atrás das informações, e em parte é verdade e em parte é uma preocupação, pois me parece que a discussão das regiões metropolitanas cada vez fica mais significativa, porque estamos com dificuldades em alguns municípios da elaboração dos projetos.

Assim, o município de Biguaçu, que destinamos R\$ 150 mil e sei que o prefeito é um homem comprometido com o município, não apresentou projeto. Também destinamos R\$ 200 mil para Santo Amaro da Imperatriz. O prefeito muito zeloso, mas não apresentou projeto.

O que mais me preocupa, pela minha responsabilidade na região aqui em Florianópolis, para onde destinamos a maior fatia, R\$ 800 mil para uma série de projetos, é que o município não apresentou ainda esses projetos. Parece-me que os nossos municípios estão muito pouco equipados para dar conta disso e muito pouco em condições de poder ter acesso à linha de crédito.

Na verdade, o próprio governo do estado também padece desse mal, pois vejam os senhores que temos uma dificuldade enorme no campo da política, para as mulheres em Santa Catarina, por uma série de demandas que temos, todas elas autofinanciáveis pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e, portanto, não haveria custos. Claro que essa é uma forma de dizer, porque sempre há um custo, mas seria um custo ínfimo para o governo do estado ter, por exemplo, a secretaria das mulheres, que no atual quadro que vivemos, com a condição que se tem de apresentar projetos principalmente no enfrentamento à violência contra as mulheres, temos condições de autossustentar essa secretaria apenas com recursos do governo federal, fazendo os projetos.

Então, é lamentável o estado em que se encontra, em particular, a política para as mulheres, por não ter projeto. Vou destacar, por exemplo, que para minha alegria é uma mulher do PCdoB que dirige a secretaria de estado da Mulher no Distrito Federal, sra. Olgamir Amancia Ferreira. Recebemos a visita em meu gabinete de uma empresa que produziu um aplicativo para mulheres que estão em medidas protetivas para poder avisar instantaneamente à polícia quando o agressor está perto.

No Distrito Federal, estão cruzando informações de homens agressores. E quando a vítima está submetida à medida protetiva, esses homens usam uma torzeleira e a mulher usa esse aplicativo que alguns chamam de botão do pânico. E quando ele está, por exemplo, com uma medida protetiva de 800m de afastamento, ele invade esse perímetro, automaticamente bipa para a mulher para ela saber que ele está perto, porque um dos grandes problemas é ela ser pega de surpresa. Bipa o agressor também, para ele saber que invadiu, e o estado sabe que ele invadiu esse espaço e bipa a central de polícia mais próxima para proteger essa mulher, caso ela confirme que essa aproximação aconteceu.

Tudo isso se consegue fazendo bons projetos que, hoje, com a política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres

temos condições de fazer. Parece-me que todas as prefeituras e tem uma experiência muito bonita lá na universidade de Criciúma, na Unesc, que é a sala dos municípios, que é exatamente a possibilidade de os pequenos municípios da região ter uma central dentro da universidade onde podem elaborar projetos.

Fico contente de ver outros municípios que já estão com o convênio assinado, como é o caso do município de Praia Grande, onde estão discutindo a instalação de ciclovias.

Portanto, a minha preocupação com os municípios de Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Florianópolis que ainda não apresentaram os seus projetos para terem acesso ao Fundam.

Ontem participei de uma rodada de discussão acerca dos agentes prisionais e também dos companheiros que estão aqui, da Fundação Catarinense de Cultura, que também reivindicam melhores condições de trabalho e o cumprimento das questões salariais que eles estão pautando aqui, e todos nós recebemos o material.

Primeiro, os agentes prisionais tem me preocupado bastante, pois a greve se prolonga, e o governo não abre negociação.

No ano passado eles encerraram uma greve que já foi angustiante, em torno de uma gratificação e a possibilidade de reestudar o plano de carreira. O governo fez a parte mais difícil, que é instituir a gratificação, e não fizeram a parte do reestudo da carreira, que é boa vontade política.

Então, o apelo que fazemos ao governo é que não prolongue essa greve dos agentes penitenciários. Nós precisamos imediatamente chamar esse pessoal, abrir a renegociação, reestudar o seu plano de cargos e salários, para que eles possam retomar as suas atividades.

Ontem discutimos condições de trabalho dos agentes prisionais. E com muita emoção um deles falou que entrou em 2007 e dos colegas dele que entraram em 2007 quatro já cometeram suicídio, por causa das condições de trabalho que estão submetidos os agentes prisionais de Santa Catarina.

Então não podemos fazer de conta aqui que do muro para dentro não é mais problema nosso. A violência que se instala lá transborda para a rua, como foram os atentados que vivemos em três ciclos diferentes aqui em Santa Catarina.

Quero mencionar aos companheiros que estão presentes nas galerias desta Casa sobre a Fundação Catarinense de Cultura, pois tenho pesquisado sobre isso. E temos um dos maiores orçamentos proporcionais para a cultura, curiosamente. Mas em 2007 o Tribunal de Contas do Estado fez uma auditoria especial sobre o fundo cultural e explicou por que temos uma verba muito importante, muito impressionante para a cultura e não temos uma política estadual para a cultura.

Até campeonato de autorama foi subsidiado, foi pago com o fundo cultural. A forma, e aí é a análise do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, a forma pessoalizada como é distribuída essas verbas, como o Conselho Estadual de Cultura secundarizado que, aliás, é parte também da demanda que vocês apresentaram aqui, mostra para nós que de fato precisamos ter uma política estadual de cultura. Então, precisamos abrir esse debate.

Este é um governo que caminha para o seu final, que vai disputar a reeleição, e não sabemos o que vai dar, mas precisamos pensar uma política de estado para a cultura, assim como também para o esporte além deste governo.

A situação que vivemos hoje de um financiamento muito significativo para as duas

áreas e a ausência de uma política mostra para nós que de fato essa situação perpetuada vira uma grande possibilidade de subvertermos a ordem do que realmente importa tanto para a cultura quanto para esporte.

Preocupame o manifesto da Fundação Catarinense de Cultura, da parte que é responsabilidade desta Casa. Os projetos que foram aprovados aqui no ano passado aumentaram a diferença entre o piso e o teto do serviço público de Santa Catarina, que é de 18 vezes, Pedro que faz parte do Sindicato da Saúde.

É de 18 vezes e aumentou para 32 vezes. Ou seja, nós estamos aprofundando o problema. Nós não estamos caminhando para desconstruir o problema, nós estamos caminhando para ampliar o problema. A angústia que me dá mais como sindicalista que sou do que como deputada que estou é de ver que estamos andando para trás, que a política de gratificação é perniciososa sempre.

Nós precisamos lutar sempre pelo cargo efetivo. E aí entra aquela analogia do paciente enfartado. Muitas vezes a gratificação é o remédio imediato que se precisa para sobreviver. Mas temos que tratar a causa maior, pois são carreiras absolutamente desproporcionais entre si e aumentadas de 18 vezes, a diferença entre o piso e o teto, para 32 vezes.

Eu me preocupo, porque não estamos evoluindo nisso. Sou de carreira da Justiça do Trabalho e lá temos duas carreiras, que é o técnico, nível médio, e o analista com nível superior. E lá, que são 100 mil trabalhadores na base, conseguimos unificar todos em duas carreiras e uma tabela em extinção para quem tinha menos do que o ensino médio.

Portanto, é preciso que as categorias que estão mobilizadas unifiquem a sua luta em torno de plano de carreira, em torno de uma perspectiva de mais longo prazo, em torno de política para serviço público no estado de Santa Catarina, porque senão a nossa sina vai ser sempre mendigar gratificação, que não que é o que queremos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PSD, o próximo horário pertence à bancada do PMDB.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PMDB, o próximo horário é destinado ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, também quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, servidores da Fundação Catarinense de Cultura que farão uso da tribuna desta Casa daqui a pouco, para se fazer ouvir por todo o estado de Santa Catarina as suas reivindicações desta categoria. E quem falará pela fundação será a sra. Elisa Docena.

Esta tribuna e esta Casa foram ofertadas para várias manifestações, porque entendemos que é a Casa do Povo. Quando o governo do estado não abre as portas para fazer diálogo com a nossa comunidade, quando não tem diálogo e negociações com os nossos servidores que têm a missão de atender a todos os catarinenses, o Parlamento Catarinense se presta a esse serviço, porque se faz necessário.

Há muito tempo não são ouvidos esses trabalhadores. No final do ano passado,

e já é repetido, o governo mandou uma série de projetos que davam gratificações e aumentos salariais para diversas categorias, mas parte significativa dos servidores do estado de Santa Catarina não teve esse mesmo benefício, a mesma atuação do governo do estado. Por isso, se fazem presentes neste momento e vão utilizar esta tribuna.

Também por ser um ano eleitoral, temos prazo regimental, vamos votar na semana que vem a MP da Educação. Já votamos a da Saúde, mas ainda algumas categorias não foram escutadas. E esperamos que num prazo mais rápido possa acontecer esse debate neste caso, como acontece hoje falando nesta tribuna a sra. Elisa Docena, pela Fundação Catarinense de Cultura. Quero também dar as boas-vindas a todos os servidores presentes.

O meu tema dentro do horário do meu partido, sr. presidente, é que domingo passado ou sábado, não me recordo, estive presente numa missa na igreja católica, da qual faço parte, e atentando por um artigo escrito pelo Padre Luiz Carlos Dias, vou somar este artigo no discurso que farei hoje.

A Campanha da Fraternidade deste ano, deputado Kennedy Nunes, é sobre o tráfico humano que é uma ofensa para igreja, e deveria ser ofensa para todos nós. Diz o Padre Luiz Carlos Dias:

(Passa a ler.)

"Na cultura atual a solidariedade tem perdido espaço para a globalização da indiferença. Tratam-se senhoras e senhores, da indiferença pelo outro que gera consciências insensíveis e descompromissados com os atingidos por injustiças, como a decorrente do tráfico humano. E no tráfico humano a grande maioria é de crianças e mulheres.

Ninguém pode se achar imune aos males existentes na sociedade. Há situações que atentam contra a dignidade das pessoas, agridem cada uma, agridem todas as entidades e organizações da sociedade."

Por isso, lendo esse artigo do padre Luís, também quero voltar a um tema que tem me indignado bastante, perturbado muito. E isso também tem que sensibilizar os srs. parlamentares e toda a sociedade catarinense. Falo da violência contra as mulheres.

(Passa a ler.)

"Uma adolescente de 15 anos foi estuprada na noite de domingo na cidade de Camboriú. Não é a primeira, não foi a única, está acontecendo muitos casos assim, e na semana passada falei sobre um problema igual, em Blumenau.

Conforme informações do núcleo de prevenção às drogas e pedofilia, a menina estava caminhando próximo à sua casa, quando um homem a abordou e a colocou dentro de seu veículo sob ameaças. Após abusar sexualmente da jovem ele a deixou caída em uma calçada da mesma rua.

Este é o sétimo estupro em Camboriú no mês de março. Neste ano foram onze casos até o momento - número que representa 27,5% do total de estupros de 2013, das mulheres que tiveram coragem de fazer a denúncia, fora aquelas que com medo ou vergonha não fizeram a denúncia, o que tem acontecido constantemente. Contabilizamos 40 abusos contra crianças e adolescentes na cidade de Camboriú.

Trago esse relato para dizer que temos a obrigação de buscar mecanismos que nos permitam garantir que esses fatos não se repitam, porque está crescendo muito o abuso sexual de crianças e adolescentes no nosso estado.

Precisamos refletir sobre a importância de termos homens e mulheres

construindo uma política estadual de enfrentamento à violência sexual contra mulheres e meninas, entendendo que somente avançaremos se não negarmos a existência de uma sociedade machista e patriarcal. E uma pesquisa do Ipea, divulgada na semana passada, prova essa realidade. A maioria dos entrevistados concorda total ou parcialmente com a máxima de que diz: 'se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros (58,5% dos entrevistados); mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (65,1% dos entrevistados); em briga de marido e mulher não se mete a colher (78,7% dos entrevistados).'

Deputada Angela Albino, será que vamos ter que usar burca para não sermos atacadas? E o que dizer das nossas crianças e adolescentes? Será que as meninas terão que usar burcas também, será que é porque elas se vestem como jovens que estão sendo atacadas?

(Continua lendo.)

"O poder público se mostra ineficiente para proteger as mulheres. A cada 24 horas dez brasileiras foram estupradas por desconhecidos em 2012. Nos últimos três anos esse crime teve um aumento de 162%, e o número de notificações triplicou.

Em Santa Catarina, com base em dados disponibilizados pela secretaria de Segurança Pública, apenas 44% dos Boletins de Ocorrência por estupro de meninas e mulheres têm inquérito policial instaurado. Estão dentro das gavetas, srs. deputados e sras. deputadas. Elas denunciam, mas nada é investigado, não prendem nem punem os culpados.

Na cidade de Blumenau, por exemplo, o estuprador era réu confesso, com flagrante, e o juiz decidiu também pela sua liberdade, que ele tinha que responder em liberdade.

Se nós não tomarmos uma ação mais forte e firme, isso vai virar banalidade, e daqui a pouco tudo pode neste estado. E os Boletins de Ocorrência das 2.334 meninas e mulheres que procuraram auxílio do estado para denunciar o estupro, apenas 1034, deputado Sargento Amauri Soares, tiveram a garantia da investigação.

Houve uma média de seis estupros por dia no ano de 2002, o resto está tudo dentro da gaveta."

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar novamente v.exa. por esta manifestação, pelas suas posições e pelo trabalho que tem feito nessa direção e reiterar que a posição de que o problema no Brasil não são as leis ou a falta delas, até porque há leis em abundância, mas a aplicação que as autoridades que têm o poder discricionário de fazer as leis dão a elas e a interpretação que fazem das leis.

Dizem que há lei para o Poder Judiciário afastar o presidente da Assembleia Legislativa sem que sofra processo e não há lei para deixar preso o estuprador confesso. Então, são questões que precisamos efetivamente analisar.

Quero registrar também o espanto com a opinião de que as mulheres são responsáveis por serem estupradas em virtude da roupa que usam. Daqui a pouco, então, vai se argumentar no Brasil que as mulheres brasileiras precisam andar também inteiramente cobertas de pano, para que não provoquem o estupro contra elas próprias.

Então, isso é um absurdo e a opinião pública não pode pensar assim, mas é incrível que instituições sérias ainda reproduzam esse tipo de ideia torta, preconceituosa para a nossa sociedade.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima.
A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. falava sobre a questão do estupro praticado por desconhecidos, mas todos os dias acontecem estupros de crianças, de adolescentes por familiares que estão sofrendo calados.

Então, é algo complicado pensar que, neste momento, possa estar acontecendo de crianças, de adolescentes serem violentadas em suas casas por conhecidos, por pais, por irmãos, por tios. Realmente é algo deplorável e repugnante.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputada.

Certamente, deputado Sandro Silva, isso também acontece dentro das casas. Mas como é que essas crianças vão ter a coragem de denunciar se todos os inquéritos dessas pessoas que tiveram a coragem de denunciar ainda estão dentro da gaveta? Então, não há essa garantia! Eu estou falando desses 2.344 casos de mulheres e meninas que tiveram a coragem de denunciar e que não foram resolvidos, que estão engavetados. Fora aquelas, como v.exa. comentou, que dentro das suas casas, dos seus lares são estupradas! É preciso que haja punição, para não haver banalização desse problema.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero deixar aqui bem claro que não quero causar polêmica a nenhum dos segmentos desta Casa, da ala esquerda ou comunista ou seja lá o que for, com o que vou falar. Não tenho essa intenção de criar problemas ou polémicas, mas estamos vivendo um momento agora de lembrança de 50 anos do Golpe Militar.

Eu vi na *Gazeta do Povo* do dia 02 de abril uma explanação sobre esse acontecimento que acho que vale a pena deixar registrado nesta Casa, e espero que dê tempo de passar esta informação.

(Passa a ler.)

"Não havia meio termo. Não havia em cima do muro. Cada um devia escolher um lado: comunista ou capitalista. A Guerra Fria polarizou o mundo da segunda metade do século XX. Cindiou uma geração inteira. É nesse contexto que se desenrola o golpe de 1964 e a ditadura militar: como uma peça no tabuleiro do conflito geopolítico das grandes ideologias.

Principal país do continente no hemisfério sul, o Brasil era foco de enorme preocupação dos USA, no fim dos anos 50 e início dos 60. Antes de João Goulart, Jânio Quadros havia causado calafrios em Washington com sua política externa de aproximação da China e da União Soviética. A preocupação atingiu níveis alarmantes diante da decisão do governo de condecorar o

revolucionário argentino Che Guevara, em 19 de agosto de 1961, com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Uma semana depois da polêmica, Jânio renunciou e deu lugar ao vice, Jango."

Lembro-me muito bem de que na época ele disse que forças estranhas o obrigavam a sair do poder. E muito depois foi compreendido.

(Continua lendo.)

"O novo presidente estava no radar dos USA desde 1953, quando tomou medidas a favor de sindicatos trabalhistas, como ministro de Getúlio Vargas. Apesar de ser fazendeiro e grande latifundiário, Jango era enquadrado como comunista pelos americanos, pelas Forças Armadas Brasileira e a elite conservadora local.

Em 1961, Jango reatou relações diplomáticas com os soviéticos, depois de 14 anos de rompimento. A fogueira, que já ardia em chamas altíssimas, aos poucos receberia mais gasolina, jogada desta vez pelo governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, Leonel Brizola. No início de 1962, ele estatizou a empresa de telefonia norte-americana ITT, transformando-a em Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. Em 1959, já havia feito o mesmo com a companhia de energia Bond and Share, também dos USA.

Não bastasse isso, irritado com a lentidão de Jango em fazer com que o Congresso tirasse do papel as reformas de base, o governador gaúcho passou a conclamar a população a pressionar os parlamentares. Os discursos inflamados de Brizola transmitidos pelo rádio culminaram na formação dos Grupos dos Onze, células de 11 pessoas que, em apenas três meses, ultrapassaram cinco mil integrantes em todo o país. O objetivo era formar o Exército Popular de Libertação para a guerra revolucionária.

Para os EUA, era mais um indício de que o Brasil corria risco efetivo de passar a orbitar a esfera da URSS. Em 1959, as chamadas Ligas Camponesas, fundadas originalmente pelo PCB ao fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a ganhar corpo. De início, a intenção era aumentar o número de eleitores do partido e defender os direitos dos trabalhadores rurais. Aos poucos, o grupo foi se encorpando e praticamente tomou conta do Nordeste, encampando a bandeira da reforma agrária, sob o comando do advogado Francisco Julião.

Em outubro de 1960, o jornal *The New York Times* mencionou uma nova 'situação revolucionária' na América Latina, alimentada pela miséria. Para a imprensa dos EUA, era o prenúncio de uma repetição do que havia ocorrido em Cuba com Fidel Castro, em 1959.

Fidel, de fato, tinha interesse em estimular a esquerda brasileira, tanto que recebeu Julião em mais de uma oportunidade. Antes do golpe, ofereceu ajuda financeira e treinamento a guerreiros das Ligas Camponesas. Depois de instaurada a ditadura no Brasil, passou a dar apoio e dinheiro para a resistência comandada por Leonel Brizola.

Maior interessada nos desdobramentos em território brasileiro ao lado dos EUA, a URSS não se envolveu diretamente na situação. Ao menos nunca se teve acesso a registros ou documentos oficiais demonstrando que isso tenha ocorrido. Ministro do Planejamento no regime militar, Reis Velloso, no entanto, disse certa vez que os soviéticos tinham conhecimento do que se passava por aqui: 'Segundo o embaixador da URSS, havia três golpes em preparação: um do Brizola, que queria instalar uma república sindicalista; um do Jango, para continuar presidente; e o que aconteceu, por parte das forças militares mais impetuosas'.

"Havia uma desconfiança enorme dos EUA em relação ao fantasma do comunismo, da esquizofrenia da América Latina, da perda de hegemonia no continente. E eles ainda não tinham um braço forte e destacado no Hemisfério Sul", explica Marion Brephol, professora de História Contemporânea da UFPR. Com os olhos voltados ao Brasil, os norte-americanos tinham dois interesses diretos: manter e expandir negócios e garantir uma base geopolítica na região.

Diante desse cenário, organismos ligados ao governo dos EUA decidiram enviar dinheiro ao Brasil para financiar campanhas de candidatos conservadores, nas eleições de 1962. As doações se deram por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e do Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (Ipes), organizações anticomunistas e antirreformistas que faziam campanha ostensiva contra o governo Jango.

No início de 1964, os EUA passaram do financiamento eleitoral para a articulação do golpe. Disposto a acabar de vez com qualquer ameaça comunista no resto do continente, o governo liberou a CIA e o FBI para atuarem em conjunto com a Embaixada do país no Brasil, comandada por Lincoln Gordon desde 1961. À medida que acompanhava de perto os passos de Jango, Gordon formou convicção de que o presidente preparava um golpe com o apoio da esquerda, que se daria por meio do fechamento do Congresso. Informado da situação, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, autorizou no dia 20 de março o deslocamento de uma esquadra ao Brasil para dar suporte às Forças Armadas brasileiras na destituição de Goulart. Era o plano Contingência 2-61.

Porém, não foi preciso colocá-lo em ação. Ao tomar conhecimento do apoio americano ao golpe deflagrado no dia 31, Jango nem sequer ofereceu resistência e se asilou no Uruguai. Os militares assumiram o poder. E, à força, escolheram o lado que o Brasil deveria estar."

É uma pena, pois ainda teria mais dois minutos para terminar esta matéria e entrar na política, quando a esquerda partiu para a luta armada, mas numa próxima oportunidade acho que termino.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência sugere a v.exa. se inscrever em Explicação Pessoal, quando teria dez minutos, e não vai demorar, porque só temos o horário do Partido Progressista, após a Ordem do Dia, e v.exa. seria o próximo a falar.

Passaremos ao Horário os Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu só gostaria de registrar que hoje nos visita Jonas Luiz e Vladimir Cândido, lideranças importantes da zona sul de Joinville. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro.

Srs. deputados, quero registrar com muito pesar o falecimento da jornalista Elaine Borges. Ela é uma servidora aposentada da Assembleia Legislativa que por muitos anos fez também a cobertura política de Santa Catarina como correspondente do jornal *O Estado* de São Paulo. Ela era transplantada renal e tinha uma saúde fragilizada. Ela faleceu nesta madrugada, no Hospital Baía Sul, está sendo velada no cemitério do Itacorubi e será cremada, no final da tarde, na cidade de Camboriú.

Elaine tinha profunda identidade com sua categoria e com o sindicato dos jornalistas de Santa Catarina. Então, portanto, esta Presidência faz este registro e deseja à família as mais sinceras condolências.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL, deputado Silvío Dreveck, o parto equino aconteceu. Falo do aeroporto regional de Jaguaruna, uma luta de muitos anos, que acabou tornando-se realidade.

(Passa a ler.)

"A Agência Nacional de Aviação - ANAC - publicou nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União, a Portaria n. 773/2014, autorizando o início de operações no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna. Podemos dizer que se trata da tão esperada certidão de nascimento.

Amanhã, pela manhã, o governador Raimundo Colombo e o secretário de Infraestrutura devem aterrissar no aeroporto para uma solenidade que marcará oficialmente o início das operações.

Com pista de 2,5 mil metros de comprimento por 30 metros de largura, uma das maiores do país, aliás a maior do sul do Brasil, o aeroporto de Jaguaruna foi projetado para receber aeronaves de grande porte - como o Boeing 767 e o Airbus A320 - e deve atender a 900 mil habitantes de 48 municípios das regiões metropolitanas de Criciúma, Tubarão e Araranguá.

O terminal tem dois mil metros quadrados de área construída e deverá receber cerca de sete mil pessoas por mês na primeira etapa. A definição dos voos e respectivas escalas estão sob a responsabilidade da empresa RDL - Aeroportos do Brasil, contratada pelo governo do estado para administrar o aeroporto. A princípio poderão operar aeronaves com capacidade para até 190 passageiros.

A radiografia do aeroporto: investimento total R\$ 60 milhões, do estado e da União. Dimensão total da área do aeroporto é de 311 hectares. A pista tem 2,5 km de extensão e 30 metros de largura."

Eu faço uso da tribuna, com muita honra e com muita satisfação, porque tive o privilégio de no meu primeiro mandato, estou já no quarto mandato, graças a Deus e a todo o povo que sempre confiou e delegou a mim essa confiança, participar da primeira audiência no DAC - Departamento de Aviação Civil - com o brigadeiro, no estado do Rio de Janeiro. E lá nós acompanhávamos o à época senador Geraldo Althoff, o deputado federal Edinho Bez, o à época presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma (Acic), sr. Álvaro Arns; o presidente da Associação Comercial e Industrial de (Acit), Bortoluzzi; e o sr. Faraco que era o piloto da aeronave que nos levou até lá, que representava o secretário de Infraestrutura Leodegar Tiscoski do governo de Esperidião min.

Lembro muito bem que lá, em um tom irônico, o sr. brigadeiro fez o seguinte desafio: "Ora, sr. senador - que tinha recém assumido no lugar do saudoso amigo Kleinübing -, o DAC está precisando de R\$ 60 milhões. Se v.exa. tiver a capacidade e uma política de relacionamento para conseguir alocar R\$ 60 milhões ao DAC, eu vou liberar R\$ 16 milhões para iniciar esse aeroporto."

E o senador Geraldo Althoff, com a simplicidade, humildade e benevolência que sempre teve, disse que topava o desafio, que iria percorrer os corredores do governo e do

Ministério da Fazenda para buscar no Senado a emenda necessária para alocar esses recursos para o DAC. Pois, passados quatro meses, veio com a notícia de que tinha consignado no Orçamento R\$ 60 milhões, fazendo com que o brigadeiro tivesse que disponibilizar R\$ 16 milhões, e esse foi o início do aeroporto regional de Jaguaruna.

Vejam o que é a atitude, a decisão política equivocada. Onde é o paço municipal de Criciúma, ali era o aeroporto Leoberto Leal. Não tinha pista, era chão batido. O DAC dizia que tinha que vir para Jaguaruna por uma questão estratégica, geográfica e climática. A decisão técnica dizia que tinha que ser em Jaguaruna, mas na época uma decisão política levou o aeroporto para Forquilha que era Distrito de Criciúma, hoje um belo e pujante município.

Passado algum tempo levantou-se o movimento novamente e aí a disputa ficou entre aumentar o aeroporto de Diomício Freitas de Criciúma e levar ao município de Içara ou Jaguaruna. Depois se parou com essa briga burra, bairrista, de cada microrregião lutar por si, e desencaminhou-se a quebra de um paradigma com a união de forças políticas capitaneadas pelas associações comerciais e industriais, que originou o aeroporto de Jaguaruna, com a maior pista do sul do estado, com 2.500m de extensão e 30m de largura, com a previsão para mais 15m e 300ha ao seu entorno. E logo já teremos o encaminhamento para um terminal de carga.

Ao lado do aeroporto passa a ferrovia e a BR-101. Fica próximo do porto de Imbituba e reúne todas as condições de firmamento, de segurança jurídica para que os investidores possam instalar e prospectar os seus negócios, fortalecendo o desenvolvimento do estado.

Parabéns ao governo de Raimundo Colombo e de Eduardo Pinho Moreira e a todos aqueles que trabalharam para que essa obra saísse do papel.

Amanhã será o vôo inaugural.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos ofícios n.s.: 0001/2014, 0011/2014, 0229/2013, 0396/2013 e 0724/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos ofícios n.s.: 0525/2013, 0723/2013.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios n.s.: 0007/2014, 0474/2013 e 0596/2013.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0194/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0599/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0153/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0154/2014, de autoria do deputado Jailson Lima; 0155/2014, 0156/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0231/2014, 0232/2014, 0233/2014, 0234/2014, 0235/2014, 0237/2014 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0236/2014, de autoria do José Milton Scheffer; 0238/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0239/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero me solidarizar ao manifesto dos servidores da Fundação Catarinense de Cultura e também aos funcionários da

secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte e demais segmentos dos servidores públicos que estão fazendo mobilização, no sentido de ter o reconhecimento na questão salarial que há muitos anos está defasada.

No ano passado fizemos um esforço aqui na Assembleia Legislativa para diminuir um pouco esse sofrimento, quando apresentamos uma emenda que encurtasse o espaço do reajuste salarial, da gratificação estendida pelo governo. E lamentavelmente não obtivemos êxito na votação, mas estamos à disposição dos servidores e a Assembleia também, ainda mais esse segmento que tive a oportunidade de liderar como secretário e sei das dificuldades, se comparados a outros segmentos de servidores públicos, pois há uma diferenciação muito grande. Essa mobilização é legítima, e podem contar com a minha solidariedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Srs. deputados, sobre a mesa está um requerimento da sra. deputada Ana Paula

Lima, coassinado pela maioria dos líderes, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“O deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a suspensão da sessão ordinária do dia 03 de abril de 2014 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para manifestação da sra. Elisa Docena, analista da Fundação Catarinense de Cultura, que apresentará as manifestações a respeito da precarização da cultura em Santa Catarina.”

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009, de 2 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de junho do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente em exercício

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 029-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 195, de 2014, que “Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências”.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, e.e.

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 306, de 2 de junho de 2014

Altera os arts. 3º e 4º do Ato da Mesa nº 227, de 2011, que regulamenta o art. 6º, inciso IV, alínea “b”, e o inciso V, alínea “f”, e o art. 109 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, redefinindo as regras para a manifestação extraparlamentar nas Sessões Plenárias Ordinárias.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 3º e 4º do Ato da Mesa nº 227, de 14 de junho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Nas Sessões Plenárias Ordinárias, no horário da Explicação Pessoal, previsto no art. 109 do Regimento Interno, o Deputado poderá, mediante autorização prévia, cedê-lo à manifestação de Prefeito, Vereador, representante de entidade da sociedade civil ou movimento social organizado, aplicando-se o disposto no art. 92 do Regimento Interno.

§ 1º A autorização prévia de que trata o caput deste artigo dar-se-á por meio de requerimento subscrito pelos Líderes das Bancadas, encaminhado à apreciação do Plenário com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, nominando o Prefeito, Vereador, a entidade ou o movimento a ser ouvido, e indicando a data da Sessão Plenária Ordinária na qual ocorrerá a manifestação.

§ 2º A cessão do horário às demais autoridades constituídas presentes à Sessão Plenária ficará condicionada à deliberação da Mesa.

Art. 4º Para fins do disposto no art. 3º deste Ato da Mesa, observar-se-á o seguinte:

I - a manifestação de Prefeito ou Vereador, com o objetivo específico de abordar assuntos de interesse do respectivo Município, e das demais autoridades constituídas poderá ocorrer nas Sessões Plenárias Ordinárias realizadas na terça e quarta-feira; e

II - a manifestação de representante de entidade da sociedade civil ou movimento social organizado, com o objetivo específico de abordar o mérito de matéria legislativa em trâmite ou assunto de interesse público relevante, atinente à área de atuação da entidade ou movimento, poderá ocorrer somente na Sessão Plenária Ordinária realizada na quinta-feira.” (NR)

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 307, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR ESTÁVEL a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 11 de maio de 2014.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de maio de 2014, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 308, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial, integrada pelos servidores **CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**, matrícula nº 694, Coordenador de Contabilidade, **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, **LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA**, matrícula nº 633, Consultor Legislativo II, **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, Gerente de Projetos e Desenvolvimento e **JULIANA TANCREDO GALLOTTI**, matrícula nº 5090, Coordenadora de Recursos Materiais, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para sob a coordenação do primeiro, deflagrar medidas administrativas visando implementação do "eSocial".

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 309, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1017/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, III, "a" c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ELZAMAR ALVES DANTE**, matrícula nº 4406, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-56, a contar de 8 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 310, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1027/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de julho de 2005, c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1101, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-70, a contar de 11 de maio de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 311, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0679/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CIRO SILVEIRA**, matrícula nº 1500, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor equivalente a FC-3 como gratificação de exercício, com base no Art. 20 da Res. 009/2013.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Comissão Legal.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 312, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0856/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 22,50% (vinte e dois vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3 e 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 30% (trinta por cento), com base no Art. 26 da Res. nº 009/2013;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 11 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 313, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0854/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 20% (vinte por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que acrescido aos 60% (sessenta por cento) do valor da FC-3 adquiridos anteriormente pelo Ato da Mesa nº 145, de 3/4/2012, totalizam 80% (oitenta por cento), com base no Art. 26 da Res. nº 009/2013;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 314, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0696/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 80% (oitenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que acrescido aos 20% (vinte por cento) do valor da FC-3 adquiridos anteriormente pela Res. nº 1094/1991, de 28/5/1991, totalizam 100% (cem por cento), com base no Art. 26 da Res. nº 009/2013;

b) 90% (noventa por cento) do valor equivalente a FC-3 como gratificação de exercício, com base no Art. 20 da Res. 009/2013;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança e do Ato de dispensa da Comissão Legal.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 315, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0237/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CLEUSA BOTELHO**, matrícula nº 1812, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 20% (vinte por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que acrescidos aos 80% (oitenta por cento) do valor equivalente a FC-3 adquiridos anteriormente pela Resolução nº 1033/91, de 21/5/1991, totalizam 100% (cem por cento), com base no Art. 26 da Res. nº 009/2013;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 316, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0358/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **SANIA BARRETO**, matrícula nº 1598, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 80,83% (oitenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5, mediante substituição de 40,83% (quarenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de Chefe de Seção, código PL/CAS-4, concedida através da Res. nº 1180/91, de 13/6/1991 mantendo 19,17% (dezenove vírgula dezessete por cento) do valor da FC-3 adquiridos anteriormente, totalizando 100% (cem por cento), com base no Art. 26 da Res. nº 009/2013;

b) 100% (cem por cento) do valor equivalente a FC-3 como gratificação de exercício, com base no Art. 20 da Res. 009/2013;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança e do Ato de dispensa da Comissão Legal.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 317, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0241/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR**, matrícula nº 2162, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão DAS-6; 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor da função de confiança FC-3, com base no Art. 26 da Res.009/13, de 22/5/2013, que acrescido aos 3,40% (três vírgula quarenta por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, e 36,60% (trinta e seis vírgula sessenta por cento) do valor equivalente a função de confiança, nível PL/FC-3 concedidos através da Resolução nº 1563/91, de 15 de agosto de 1991, totalizam 100% (cem por cento);

b) 5% (cinco por cento) do valor equivalente a FC-6 como gratificação de exercício; e 45% (quarenta e cinco por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança código PL/FC-3, com base no Art. 20 da Res. 009/2013, totalizando 50% (cinquenta por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança e do Ato de dispensa da Comissão Legal.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 318, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

Art. 1º DESIGNAR a servidora **DULCINEA REGIS**, matrícula nº 1377, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 5 de maio de 2014 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Art. 2º Por ter estabilizado 100% (cem por cento) da Função de Confiança, nível PL/FC/3, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 319, de 2 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **JULIANA CRISTINA DA CRUZ**, matrícula nº 7228, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Apoio ao Controle de Processos e Movimentação - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2014 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação, ao Extrato nº 069/2014 publicado dia 27/05/2014 no Diário da Assembleia nº 6.695,

página 15, onde se lê "**Contrato CL nº 039/2012**", **leia-se:** Contrato CL nº 011/2013, e onde se lê "**Vigência**" **leia-se:** Vigência entre 01/04/2014 e 31/03/2015.

Florianópolis, 01 de junho de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 070/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 007/2014.
OBJETO: Aquisição de 30 bombas de drenagem para aparelhos de ar condicionado tipo Split.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (15 de maio de 2014).
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei, com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/02, do Ato da Mesa nº 214/07 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/13, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 7 de 30/4/2014.

Produto	Marca	Qtde	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Bomba de drenagem, destinados à instalação de aparelhos de ar condicionado tipo Split. Sistema de drenagem: 30 sistemas de drenagem composto por valvula (bomba de drenagem) e acabamentos: - Marca: Sauermann International - Código: EE 2000 - Aplicações: Mini split - Tipo de Capacitor: 3 níveis - Funcional: 9 mm - Parada: 6 mm - Alarme: 20 mm - Caudal Max: 81/h - Expul. Max: 6 m - Aspiração: 2,5 m³/h - Tensão: 230 V / 50 Hz - Potência: 12 W	ELGIN Mini Orange	30	311,00	9.330,00
VALOR TOTAL DO ÍTEM				9.330,00

1ª REGISTRADA: DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos Ltda.

Endereço: Rua Bernardo Halfeld, nº 471, Nossa Senhora do Rosário, São José.
CEP: 88110-695 Telefone/fax (48)3258-0543
e-mail: dsmdistribuidora@hotmail.com
CNPJ: 12.371.228/0001-77

2ª REGISTRADA: Leonardo Luiz da Costa-Me

Florianópolis, 01 de junho de 2014
Deputado Joares Ponticelli - Presidente em exercício da ALESC
Emerson da Silva - Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 071/2014

04º Termo Aditivo de 23/05/2014, referente ao Contrato CL nº 006/2012, celebrado em 02/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Trueit Comércio de Produtos e Suprimentos de Informática Ltda.

OBJETO: Com base na reivindicação da Contratada e o devida autorização administrativa, reajustar o contrato original em 5,76% à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de março/2013 a fevereiro/2014.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 219,85 acréscimo mensal

VIGÊNCIA: a contar de 01/03/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" c/ o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93; 18.2.1 do Edital de Pregão 007/2012 e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de junho de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC
Ewerton Luis Alves- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 072/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 003/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 008/2014.

OBJETO: Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (15 de maio de 2014).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, da Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 12 de 21/3/2014, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 8 de 5/5/2014.

Item	Qtde	Produtos	Marca	Valor (R\$)	
				Unitário	Subtotal
1	500	Conector RJ45 Fêmea cat6	Furukawa T568A/B35030602	30,90	15.495,00
2	300	Conector RJ45 Macho cat6	Furukawa 35050282	2,48	744,00
3	300	Patch Cord 2,5m cat6	Furukawa T568A35123304	28,97	8.691,00
4	150	Patch Cord 1,5m cat6	Furukawa T568A 35123302	23,44	3.516,00
5	100	Patch Cord 5,0m cat6	Furukawa T568A35123307	42,73	4.273,00
6	50	Fita Velcro	Sollan 45154-2	12,98	649,00
7	25	Patch Panel 24 portas cat6	Furukawa T568A/B35030162	584,71	14.617,75
8	50	Guia de Cabos Horizontal Fechado 1U	IP Metal GCFIM1UPT-47	81,51	4.075,50
9	200	Espelho Plano 2p	Furukawa 35050053	6,00	1.200,00
10	7625	Cabo UTP cat6	Furukawa VM ROHS 23400044	2,51	19.138,75
VALOR TOTAL LOTE/ITEM					72.400,00

1ª REGISTRADA: MWV Web Site Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.

Endereço: Rua José Antonio Pereira, nº 2815, Sala 7, Bairro Ipiranga, São José
CEP: 88111-490 Telefone/fax (48)3225-4957
e-mail: mwv2008@hotmail.com
CNPJ: 10.513.136/0001-59

2ª REGISTRADA: Delta Cable Telemática Comércio e Representações Comerciais Ltda.

Florianópolis, 01 de junho de 2014
Deputado Joares Ponticelli - Presidente em exercício da ALESC
Adriana Ferreira de Melo - Sócia

*** X X X ***

EXTRATO Nº 073/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 011/2014, celebrado em 27/03/2014, oriundo do Pregão Presencial nº 009/2014 celebrado em 13/05/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Carlos Avelino Fonseca Brasil Filho Me.

OBJETO: Locação esporádica de caminhão baú para atender necessidades da ALESC.

VALOR ANUAL: R\$ 71.500,00; os pagamentos serão efetuados mediante a prestação de serviços por demanda, respeitados os preços máximos da diária que é de R\$ 339,00 e da quilometragem que é de R\$ 1,50.
VIGÊNCIA: 27/05/2014 a 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93, e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 8 de 26/3/2014, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 9 de 13/5/2014.
Florianópolis, 01 de junho de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC
Carlos Avelino Fonseca Brasil Filho - Proprietário

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1036, de 2 de junho de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **HUGO GUILHERME LUTZ NASCIMENTO GOMES**, matrícula nº 6925, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1037, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VILMAR CONRADO**, matrícula nº 5754, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1038, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VILMAR CONRADO, matrícula nº 5754, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1039, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BRUNO KOERICH DA SILVA, matrícula nº 7038, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1040, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LUANA ELISA DA SILVEIRA**, matrícula nº 6265, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1041, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FABIANA ELICKER**, matrícula nº 5068, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Eni Voltolini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1042, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SIMONI REGINA DO NASCIMENTO SERAFIM**, matrícula nº 7569, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1043, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SIMONI REGINA DO NASCIMENTO SERAFIM, matrícula nº 7569, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1044, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VICTOR MARAVALHAS FILHO**, matrícula nº 7413, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1045, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VICTOR MARAVALHAS FILHO, matrícula nº 7413, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1046, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSÉ EURICO DE SOUZA**, matrícula nº 7371, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1047, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSÉ EURICO DE SOUZA, matrícula nº 7371, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Maracajá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1048, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LISANGELA ROCHA DE SOUZA**, matrícula nº 7507, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1049, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LISANGELA ROCHA DE SOUZA, matrícula nº 7507, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Maracajá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1050, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LUCIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 6154, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1051, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCIANA DE FREITAS RIBEIRO, matrícula nº 6154, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1052, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,

NOMEAR MARIA LÍDIA FELIPPE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-63, Atividade Parlamentar Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Vice-Presidência).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1053, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRÉ FRETTE MAY, matrícula nº 7274, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-76, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (MD - 1ª Vice-Presidência - Tubarão).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1054, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ROSANGELA BRIGIDA PASQUETTI GARBIN**, matrícula nº 7056, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1055, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSANGELA BRIGIDA PASQUETTI GARBIN, matrícula nº 7056, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1056, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Atendimento on-line, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ODICELIA HENRIQUE NASCIMENTO MOURA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 2 de junho de 2014 (DTI - Coordenadoria de Informações).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1057, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt **RICARDO LUCIANO SCHMITT NEVES**, servidor da Prefeitura Municipal de Palhoça, à disposição na Assembleia Legislativa, a contar de 02 de junho de 2014. Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1058, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, em conjunto com o Diretor de Comunicação Social,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Coordenadora de TV **SUELEN CLAUDETE COSTA**, matrícula 6368, como fiscal dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA
CL 046/2010	Primer Produção e Locação LTDA.
CL 037/2011	Intertrade Brasil Telecomunicações Multimídia LTDA.
CL 051/2011	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
CL 058/2011	TPS Multimídia LTDA.
CL 023/2012	SoftwareNews Comércio e Serviços de Informática LTDA.
CL 033/2012	Broadcast Produção e Locação LTDA.
CL 103/2013	Primer Produção e Locação LTDA.

Art. 2º A servidora designada deverá acompanhar a execução dos contratos em sua plenitude, atestando a execução dos serviços e prestando relatório ao Diretor de Comunicação Social.

Parágrafo Único. O Diretor de Comunicação Social poderá a qualquer tempo solicitar informações ao servidor face designação ora recebida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de junho de 2014 e vigorará até que novo Ato seja editado alterando o presente.

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor Geral
Jose Francisco Dos Santos Alves - Diretor de Comunicação Social

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1059, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr.	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
GRAZIELA MILANEZE	MELLER 6866	3%	3%	12/5/2014	1060/2014
JUNIOR ROBISON DA SILVA	6586	3%	3%	17/5/2014	1137/2014
LEONARDO LEMES	MATOS 6872	3%	3%	20/5/2014	1181/2014
MARIA CRISTINA COSTA CORREA	4444	3%	3%	9/4/2014	0919/2014
OSORIO SCHMITZ	BERNARDO 5244	3%	6%	26/5/2014	1199/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1060, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MANOEL JOAO MARTINS FILHO, matrícula nº 7141, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valdir Cobalchini - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1061, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **BERNADETE CARLESSI**, matrícula nº 1558, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Atendimento à Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARLI LIMA BARROSO**, por 90 (noventa) dias, a contar de 19 de maio de 2014 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1062, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CARLOS EDUARDO ZAMPARETTI DA SILVA**, matrícula nº 7344, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1063, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO AUGUSTO MENDES DOS SANTOS**, matrícula nº 7403, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1064, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANTONIO AUGUSTO MENDES DOS SANTOS, matrícula nº 7403, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch - Pescaria Brava).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1065, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELIZEO CEZAR PINZETTA**, matrícula nº 7022, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1066, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIZEO CEZAR PINZETTA, matrícula nº 7022, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch - Xavantina).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1067, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JAIR ANTONIO NIERO**, matrícula nº 7431, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1068, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JAIR ANTONIO NIERO, matrícula nº 7431, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch - Concórdia).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1069, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ODAIR JOSE DEMARCO**, matrícula nº 5807, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1070, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ODAIR JOSE DEMARCO, matrícula nº 5807, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch - Campo Erê).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1071, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SIDINEI MESNEROVICZ**, matrícula nº 7326, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1072, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SIDINEI MESNEROVICZ, matrícula nº 7326, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch - Xanxerê).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1073, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANDERLIZE ABREU DIAS**, matrícula nº 7408, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1074, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDERLIZE ABREU DIAS, matrícula nº 7408, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Angela Albino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1075, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VANDERSON APARECIDO RODERMEL CHAGAS**, matrícula nº 7513, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1076, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VANDERSON APARECIDO RODERMEL CHAGAS, matrícula nº 7513, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1077, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEANDRO GAMBETA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino - Jaraguá do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1078, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALÉSC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce Atividade Parlamentar Externa, a contar de 3 de junho de 2014.

Gab. Dep. Angela Albino

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7585	LUCAS SULZBACHER LACERDA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1079, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **INES WOLLINGER DA CONCEICAO**, matrícula nº 4027, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-82, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1080, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1081, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KLEYDE CAMARGO**, matrícula nº 7251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1082, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KLEYDE CAMARGO, matrícula nº 7251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1083, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEONARDO CANELLO BRANDT**, matrícula nº 6765, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1084, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEONARDO CANELLO BRANDT, matrícula nº 6765, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark - São Miguel D'Oeste).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1085, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARCIA ANDREIA CORREIA**

HERBERT, matrícula nº 7388, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1086, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCIA ANDREIA CORREIA HERBERT,

matrícula nº 7388, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de junho de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark - São Miguel D'Oeste).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1087, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DOUTEL FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº

7387, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Apiúna).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1088, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
4345	ANA RITA MORICONI DE SOUZA	12/2/2009	11/2/2014	1129/2014
4349	CARLA GRECO GRANATO	12/2/2009	11/2/2014	1132/2014
4347	RENATA HAZAN SALLES	12/2/2009	11/2/2014	1130/2014
3129	LORIS ZAKHARIA CAMISAO	13/12/2008	19/2/2014	1201/2014
1801	MABEL SANTOS DA SILVA	3/2/2009	8/3/2014	1126/2014
1389	MARIA CELESTE MONTEIRO	1º/11/2008	29/1/2014	1124/2014
1531	MARILU LIMA DE OLIVEIRA	13/5/2009	12/5/2014	1115/2014
4343	RUBIA CARINE ESBROLIO	12/2/2009	11/2/2014	1127/2014
4344	SIBELLI D'AGOSTINI	12/2/2009	11/2/2014	1128/2014
1799	VALCI ANTENOR DIONISIO	4/2/2009	3/2/2014	1125/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1089, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VILMAR CONRADO**, matrícula nº

5754, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1090, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARA LUCIA DO NASCIMENTO**

SILVA, matrícula nº 5617, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1091, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DOMINGOS DE ABREU MIRANDA**,

matrícula nº 6733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1092, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DOMINGOS DE ABREU MIRANDA, matrícula nº

6733, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1093, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOAO BATISTA RODRIGUES**,

matrícula nº 5176, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1094, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOAO BATISTA RODRIGUES, matrícula nº

5176, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de junho de 2014 (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1095, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OSWALDO CIDRAL, matrícula nº 6277, para

exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1096, de 2 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Marcos Vieira **EDILSO**

PAULO RANZAN, servidor da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, no período de 03 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, em atividade administrativa interna, no escritório Regional de apoio à atividade parlamentar na cidade de Chapecó.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***